

EXCLUSÃO EDUCACIONAL, MISÉRIA SOCIAL E REDES INSTITUCIONAIS DE ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO:

Entre o discurso da seca e a reforma agrária

Marcos Augusto de Castro Peres¹

Resumo:

Este texto analisa a rede de movimentos sociais do semiárido brasileiro, considerando principalmente a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), a Articulação no Semiárido (ASA) e as comissões de combate à desertificação, que atuam em âmbito nacional e internacional. Serão consideradas para fins de análise principalmente as ações desenvolvidas pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), uma organização não governamental que integra a RESAB e a ASA, com sede em Juazeiro/BA, e que tem como objetivo promover uma convivência sustentável com o semiárido. São levadas em conta também os discursos e metas elaborados pela Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD) e pela Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD), referentes à miséria social no semiárido brasileiro. Verifica-se, assim, em que medida as ações e metas destas instituições contemplam a exclusão educacional e social como fenômenos vinculados à alta concentração da propriedade da terra na forma de latifúndios, ou se adotam uma postura reducionista, centrada apenas na questão ambiental e climática da semiaridez, e que negligencia sua questão social e a necessidade de uma ampla reforma agrária.

Palavras-chave: Exclusão educacional; exclusão social; semiárido; redes de movimentos sociais; reforma agrária.

Introdução

Conforme mostra o Censo 2010, especialmente nos *Indicadores Sociais Municipais*, a Bahia é o estado brasileiro que possui a maior população de analfabetos, em números absolutos. Ou seja, a quantidade de analfabetos neste estado é a maior do Brasil, totalizando aproximadamente 1,73 milhões de cidadãos. Quando se considera o critério raça/etnia, os piores números estão entre os negros (17,9%), pardos (17,1%) e indígenas (18,9%). A população branca e amarela apresenta as menores taxas, sendo de 14,3% e 15%, respectivamente.

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), campus de Ilhéus/BA. Doutor em Educação pela USP e Mestre em Sociologia pela UNICAMP. Pesquisador do CNPq.

Seguindo uma tendência dos estados nordestinos, os índices de analfabetismo verificados entre a população baiana também são elevados entre as populações rurais mais idosas e do sexo feminino. Os dados da Tabela 1, obtidos na PNAD de 2008, revelam que 74,1% das mulheres de 60 anos ou mais, residentes na zona rural, são analfabetas, contrastando com a taxa de 38% (ou seja, quase a metade) entre os integrantes da mesma categoria de idade e sexo que residem nas áreas urbanas. A situação dos homens de 60 anos e mais é análoga à das mulheres, porém um pouco menos precária, sendo de 32,7% de analfabetos na zona urbana e de 65,4% na zona rural.

Tabela 1 – Percentual de analfabetismo por grupos de idade, sexo e situação de domicílio (Bahia – Ano de 2008)					
Grupos de idade (anos)	Total de não alfabetizados	Urbana homens	Urbana mulheres	Rural homens	Rural mulheres
05 a 09	40,3%	34,9%	29,3%	56,8%	53,0%
15 a 19	2,0%	2,5%	1,0%	3,5%	1,3%
30 a 39	11,7%	7,7%	5,6%	31,0%	17,4%
50 a 59	29,0%	18,9%	22,2%	47,7%	49,1%
60 ou mais	48,6%	32,7%	38,0%	65,4%	74,1%

Fonte: IBGE-PNAD – Anuário Estatístico da Bahia, 2009.

Outro fato preocupante, que pode ser observado na Tabela 1, é o alto percentual de analfabetos com idade entre 5 e 9 anos, principalmente no campo, que supera os 50%, entre os homens e entre as mulheres. Isso demonstra que as crianças continuam não tendo acesso à escola, fenômeno que causa a reprodução do analfabetismo também entre as novas gerações, derrubando a tese de que este problema se restringe à população mais velha (HADDAD & DI PIERRO, 2000).

Conforme se observa, o analfabetismo não é somente um “problema de velhos”, mas também afeta outros grupos de idade. Ele é, sem dúvida, um problema que está atrelado à situação de miséria social vivida, sobretudo, pelas populações rurais no país, pelos negros, pardos e indígenas, e pela população de baixa renda, principalmente na região Nordeste. O problema do analfabetismo se projeta, essencialmente, como uma questão social que envolve as dificuldades de acesso à educação, um impasse histórico no Brasil, ainda a ser solucionado, considerando a inexistência de políticas públicas a ele relacionadas.

Diante dos dados apresentados, podemos afirmar que o analfabetismo no estado da Bahia é um problema que afeta mais diretamente as mulheres idosas, sobretudo as que residem nas áreas rurais, apesar de atingir também os homens, os que vivem na zona urbana, os idosos e não idosos. Assim, nota-se que a exclusão educacional abrange, além das diferenças geracionais, também diversidades relativas a gênero e localização geográfica (rural/urbana), que se aglutinam num todo composto e complexo de exclusão social e educacional.

Tais recortes – de gênero, idade e moradia, neste caso – servem para melhor definir e delimitar os sujeitos que se encontram em situação de miséria social e que, em consequência disso, necessitariam da ação do Estado na forma de políticas sociais. Contudo, apesar do caráter de urgência que acompanha o problema, nada de concreto tem sido feito pelo Poder Público para promover a superação (real) da condição de exclusão e miséria social vivida por muitos. Ações como “Bolsa-Escola” e “Bolsa-Família”, proclamadas aos quatro ventos pelo atual governo federal, como responsáveis pela melhoria (aparente) de renda da população, especialmente nas regiões Nordeste e Norte do país, não passam, na verdade, de medidas paliativas, que não promovem uma mudança estrutural e qualitativa nas condições de vida e no acesso aos direitos sociais.

Verifica-se, assim, um contexto de miséria social e de grande desigualdade socioeconômica, um problema característico da sociedade brasileira, mas que é potencializado na região Nordeste. Esta realidade tem sido perpetuada pela histórica omissão do Estado, com sucessivas políticas públicas ineficientes e incompletas, voltadas à região. Esta incapacidade do Poder Público tem suscitado ações de organizações não governamentais (ONGs), integrantes da sociedade civil.

A miséria social e a inércia institucional no semiárido baiano

O Estado da Bahia, apesar de ser o 6º estado mais rico do Brasil, está entre os últimos em indicadores de desenvolvimento social. A Bahia apresenta indicadores sociais inferiores à média nacional: taxa de analfabetismo de 17% e analfabetismo funcional de 37%, mortalidade infantil de 35,6 por mil, índice de pobreza acima de 30% (para várias linhas de pobreza absoluta utilizada), índice de Gini de 0,527 e expectativa de vida de 71,4 anos. No campo econômico, a Bahia é marcada por fortes contrastes. Riqueza espacialmente concentrada na região metropolitana de Salvador e Recôncavo, com 52,8% do PIB estadual e condições menos favoráveis no interior em relação à

infraestrutura, educação, pobreza e desníveis de renda, especialmente na região do semiárido.

A Bahia é o estado brasileiro que tem a maior extensão de área de semiárido. O meio urbano do semiárido baiano é caracterizado por cidades de pequeno porte onde se concentram alguns serviços públicos e um comércio em expansão voltado exclusivamente para o atendimento da demanda local. A atividade comercial é sustentada pelos gastos dos funcionários públicos e pelas transferências de renda, basicamente de aposentados. O êxodo rural tem levado ao inchaço destas cidades que, dada a incapacidade do poder público local em atender a crescente demanda por serviços públicos, começam a se defrontar com as dificuldades das cidades grandes, como: aumento da violência, prostituição, marginalidade etc.

Merece destaque a cidade de Juazeiro no semiárido baiano, que faz fronteira com Petrolina/PE, e se localiza no Vale do Rio São Francisco. Por sua importância estratégica, Juazeiro é considerada como um tipo de “capital” do semiárido nordestino. Destaca-se pela produção de hortifrutigranjeiros e possui duas universidades públicas, uma estadual (UNEB) e outra federal (UNIVASF), diretamente envolvidas com as questões referentes ao semiárido.² É também sede de diversas organizações da sociedade civil voltadas à agricultura familiar, ao desenvolvimento sustentável e à educação contextualizada do semiárido, como a Rede de Educação do Semiárido (RESAB) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA).

O Estado da Bahia concentra o maior número de pobres do país, sendo a imensa maioria oriunda do semiárido. A pobreza entendida como insuficiência de renda revela um traço marcante desta região que é a alta intensidade da pobreza, sendo a renda média dos pobres do semiárido mais distante dos valores de referência adotados como linha de pobreza, seja para o Nordeste em geral ou para o Brasil. Como consequência direta da pobreza, o semiárido baiano ostenta uma série de indicadores sociais extremamente desfavoráveis, como: desnutrição, analfabetismo, elevada taxa de mortalidade infantil, péssimas condições de saúde, moradias precárias, baixa expectativa de vida, entre outras.

Com o fim da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 2001, e com a atenção do poder central voltada para os objetivos da política macroeconômica e sob o domínio de ideias e políticas neoliberais, a problemática do

² A UNEB Juazeiro abriu recentemente (em abril de 2013) um curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado) em Educação, cultura e territórios semiáridos. Ver: <http://www.fapesb.ba.gov.br/?p=11302>

semiárido nordestino foi colocada à margem de ações efetivas. Diante da crise fiscal financeira dos estados brasileiros e no vácuo de políticas regionais em escala federal, emerge a guerra fiscal entre os estados; que produz pouco ou nenhum impacto sobre a estrutura econômica e social existente. Sem medidas vindas do poder central, o êxito das políticas regionais é colocado em xeque. A ação do poder central no semiárido baiano restringe-se a políticas compensatórias de transferências de renda. Embora políticas compensatórias contribuam para minorar as condições adversas da população, contribuindo para redução da pobreza extrema, elas são assistenciais e voltadas para atender uma condição específica do indivíduo e não da região.

A concentração na estrutura fundiária (na forma de latifúndios), além das implicações econômicas, influencia na qualidade das instituições. No semiárido baiano a inércia institucional produziu, ao longo do tempo, uma regularidade de comportamento marcada pela violência política, coronelismo, corrupção institucional e individual, clientelismo e troca de favores políticos. Esta estrutura institucional garantiu a reprodução de oligarquias decadentes à medida que o coronelismo se constituía como a interface entre os interesses políticos locais e os interesses políticos em escala nacional. Nesta relação se entrelaçam e convergem interesses paroquiais com interesses de deputados e das elites dominantes em escala nacional. Nem o regime autoritário, nem a democracia eleitoral moderna com a ascensão ao poder de partidos que se opunham a esta prática política foram capazes de romper esta estrutura. Ao contrário, aliaram-se a ela.

Aliado a este ambiente institucional, e como consequência dele, verifica-se, no semiárido baiano, baixa taxa de urbanização, alto índice de analfabetismo, baixa participação política da população e, conseqüentemente, pouca rotatividade no poder e pouca proporção de imigrantes estrangeiros. Todos estes fatores concorrem para uma baixa qualidade das instituições existentes e ajuda a explicar porque os indicadores sociais da região estão entre os piores do país. Em termos econômicos, esta matriz institucional, por um lado, desestimula organizações produtivas capazes de elevar a produtividade da economia e melhorar a qualidade das instituições. Por outro lado, favorece o desenvolvimento de organizações “rent-seeker”, ou seja, que buscam privilégios corporativistas.³

³ O "rent-seeking" pode ser entendido como a ação articulada e onerosa de indivíduos, empresas, organizações e grupos de interesse na busca de vantagens, privilégios e ganhos especiais, sempre através do uso do poder discricionário da autoridade governamental. Cf. Mauad (2006)

As redes institucionais de articulação no semiárido brasileiro

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social. Surgida em 1999, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), no Recife, no Fórum Paralelo da Sociedade Civil, a ASA deriva das ações conjuntas (ou “em rede”) promovidas pela sociedade civil organizada e atuante na região semiárida brasileira. Esse fórum provocou grande repercussão nos níveis regional e nacional, dando visibilidade às questões do Semiárido brasileiro. É durante o Fórum que a ASA lança a *Declaração do Semiárido*, se consolida enquanto articulação e propõe a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas na região. O combate à seca é definido como o principal objetivo dessa rede.

Ilse Scherer-Warren (2006, p. 113) define como “redes de movimentos sociais” este fenômeno de articulação institucional e de sujeitos em torno de objetivos comuns:

Finalmente, como resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo o que denominamos, enquanto conceito teórico, de rede de movimento social. Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas, que devem ser combatidas e transformadas.

Desta forma, a ASA pode ser compreendida como uma rede de movimentos sociais, cujo objetivo é promover ações voltadas à convivência com o semiárido, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável e para a obtenção da justiça social. Apesar de a questão ambiental (da semiaridez) ser o elemento principal que motivaria as mobilizações da ASA, as questões sociais do semiárido, como a exclusão social, também figuram como problema a ser enfrentado. É a partir deste aspecto que surgem iniciativas relacionadas à educação contextualizada para o semiárido, que passam a constituir uma rede de instituições com este fim, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB). Esta Rede, que integra a ASA, tem como finalidade contribuir na

formulação de políticas públicas educacionais do semiárido, reunindo educadores, instituições governamentais e não governamentais atuantes na área de educação, dentro do contexto do semiárido.

As ações da RESAB têm contribuído (mesmo que parcialmente) para combater a exclusão educacional no semiárido, especialmente no âmbito da educação não formal promovida pelas ONGs. A Rede atua também através da promoção de *lobby* político, demandando frente ao Estado políticas educacionais para o semiárido e tentando interferir na organização curricular, no sentido de adaptar os conteúdos à realidade da região. Contudo, não se verifica na atuação da Rede um compromisso específico para com a alfabetização e a elevação dos níveis de escolaridade de jovens, adultos e idosos trabalhadores (e mesmo crianças), que foram excluídos do acesso à educação ao longo da vida. As ONGs e demais agentes que integram a RESAB parecem concentrar seus esforços, prioritariamente, na contextualização dos conteúdos escolares à convivência no ambiente semiárido, com um bioma caracterizado pela semiaridez, deixando de lado questões que envolvem miséria social, como o analfabetismo, por exemplo, que é bastante elevado na região.

Além disso, a RESAB se baseia em modelos pedagógicos defendidos pelo capital, como o “aprender a aprender”, a pedagogia das competências e a pedagogia da prática. Caniello & Tounneau (2006), ao sintetizarem uma proposta pedagógica para a convivência com o semiárido, apontam as seguintes perspectivas para a mesma: a) Formar competências para o desenvolvimento sustentável; b) aprender a aprender; c) reconhecer-se para conhecer; d) uma metodologia dialógica e problematizadora; e) uma educação contextualizada; f) uma pedagogia da prática.

Estas pedagogias da RESAB, aliadas à perspectiva do desenvolvimento sustentável, configuram uma proposta educacional acrítica, funcional à lógica do capital e interessante aos grupos de poder que dominam a região. Mais uma vez, de forma coerente ao que ocorre com a indústria da seca, prioriza-se a questão ambiental ao invés da questão social no semiárido. O meio ambiente, a seca, continuam escamoteando a miséria social perpetuada na região pela elevada concentração de renda, pela manutenção dos latifúndios e pela restrição da água, na posse dos grupos dominantes. Desta forma, a RESAB, por reunir uma multiplicidade de organizações da sociedade civil, pode ser compreendida como integrante do “terceiro setor”, que tem se expandido na atualidade.

Carlos Montaña (2002) compreende o terceiro setor como um novo tratamento dado à questão social, resultante da “ofensiva neoliberal”. Por ser funcional ao sistema capitalista, a lógica do terceiro setor passa a ser a da *parceria* (e não mais a do *conflito*) entre Estado e sociedade civil, entre privado e público, entre mercado e direitos, entre capital e trabalho, etc., numa perspectiva neoliberal de privatização e mercantilização dos direitos sociais, conquistados pelas lutas dos trabalhadores ao longo da história. Portanto, as ONGs que integram o terceiro setor não visam *romper* com a lógica excludente e injusta do sistema capitalista, mas sim *preservá-la*, jogando para a sociedade a responsabilidade para com o social, que, na verdade, seria do Estado.

A RESAB, como um tipo de rede associativa que integra o terceiro setor, não coloca em xeque a estrutura desigual do semiárido, caracterizada pela prevalência do latifúndio, da concentração da propriedade, da terra, da renda e da água. Seu “elemento antagonista” é a seca, a questão ambiental, e não as oligarquias agrárias ou o Estado, que são os verdadeiros responsáveis pela manutenção da injustiça social no Brasil, ao longo da história. Além disso, as ONGs que atuam no semiárido dificilmente se aliam aos movimentos de luta pela terra (e contra o latifúndio), como o MST, o MLT, a CONTAG, etc., apesar de eles também trabalharem com educação do campo e educação contextualizada. Isso porque estes movimentos propõem *rupturas* e não parcerias; eles defendem a *transformação* de uma sociedade estagnada pelo latifúndio e não a sua manutenção (“sustentável”).

Destaque-se que os movimentos de luta pela terra representam a principal força modernizadora da sociedade brasileira na atualidade, segundo autores como Sérgio Sauer (2010) e José de Souza Martins (1997). Para Mészáros (2005), não há como se emancipar somente pela educação, sendo necessária a *superação macroestrutural da ordem injusta do capital*. Mesmo com uma educação contextualizada e crítica, fundada na consciência ecológica/ambiental, conforme o projeto de educação promovido pela RESAB, para que ocorra um verdadeiro progresso social no Brasil não há como prescindir da *ruptura* e *superação* da lógica concentradora da propriedade, fundada no latifúndio, da qual deriva a estrutura social desigual e injusta da sociedade brasileira em geral, e do semiárido em particular, assentada na concentração dos recursos (terra, água, riqueza, poder, etc.).

O estudo de Ferraro (2009) demonstra a relação direta existente entre latifúndio e analfabetismo no Brasil. Nas regiões onde há mais latifúndios, há também maiores índices de analfabetismo entre a população. Podemos dizer, portanto, que o latifúndio é

ainda o principal entrave ao desenvolvimento social e à emancipação humana existente na sociedade brasileira, especialmente nas regiões semiáridas do Nordeste, fortemente marcadas por essa lógica concentradora. As propostas de “parcerias” entre Estado e sociedade civil, entre latifundiários e sertanejos, com o fim de gerar o “desenvolvimento sustentável” do semiárido, como querem as redes de articulação locais, representam fugas diante do elemento central, gerador da desigualdade: a *estrutura fundiária* brasileira em geral, e do semiárido em particular.

Felipe Pinheiro⁴ (apud MATTOS, 2011, p. 156) destaca a centralidade da questão agrária no enfrentamento da escassez de água no semiárido, considerando fundamental a superação do latifúndio para a socialização da terra e da água:

Nós não vamos fazer convivência com o Semiárido sem mudar a estrutura fundiária. [...] O nível de concentração de terra no Semiárido é muito elevado. Portanto, para pensar em desenvolvimento é necessário mexer nessa estrutura fundiária. Esse é um elemento fundamental. Outro elemento que considero fundamental é o elemento da água, quer dizer: como nós conseguimos garantir que a água seja um bem social e possa ser disponibilizada para o conjunto das famílias? Garantir água de qualidade, descentralizada, para as famílias rurais.

Por sua vez, Roberto Malvezzi⁵ (apud MATTOS, 2011, p. 157) também enfatiza a necessidade de se democratizar o acesso à terra e à água no semiárido:

Você ainda tem uma altíssima concentração da terra no Semiárido [...] Investir na democratização da terra e na democratização da água pressupõe uma nova concepção na forma de gerenciar essa água. [...] existe água estocada nos grandes açudes e não existe malha de distribuição.

Colocar em xeque o latifúndio é uma atitude essencial para a democratização do país. Conforme observa Veiga (2005, p. 80):

O conjunto das forças democráticas vem insistentemente reafirmando que a liquidação do domínio dos latifúndios é parte integrante e essencial da democratização da sociedade e surge como condição fundamental no caminho da libertação e emancipação dos operários agrícolas e dos pequenos agricultores.

⁴ Felipe Pinheiro atua no Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria do Trabalhador (CETRA), no Ceará, tendo concedido entrevista na pesquisa desenvolvida por Beatriz Mattos (2011).

⁵ Roberto Malvezzi é integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Juazeiro/BA, tendo desenvolvido diversas pesquisas sobre a temática social do semiárido. Concedeu entrevista na pesquisa de doutorado de Beatriz Mattos (2011). É autor do livro *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.

É evidente que negligenciar a reforma agrária no atual contexto da sociedade brasileira seria o mesmo que negligenciar a própria democracia, ainda em construção. Superar uma estrutura fundiária secular que perpetua a desigualdade é algo imprescindível à emancipação humana nas regiões semiáridas (em particular) e no “novo rural brasileiro” (como um todo), emprestando aqui as palavras de José Graziano da Silva (2002). Por isso, cabe-nos investigar se os discursos e as ações das organizações da sociedade civil que compõem esta rede de articulação no semiárido brasileiro consideram ou negligenciam a questão social (e agrária)⁶ do semiárido, caracterizada pela forte concentração da propriedade da terra (e da água).

O discurso da seca no Nordeste e a incômoda questão agrária

Foi criada em 2008 a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCND), ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), no intuito de consolidar uma política de combate à desertificação no país e de seguir às determinações das Nações Unidas, considerando que o MMA exerce papel de representante do Brasil junto à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD), que tem sede permanente em Bonn, na Alemanha. De acordo com o decreto que cria a Comissão, é finalidade desta, dentre outras:

I - deliberar sobre a implementação da política nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, em articulação com as demais políticas setoriais, programas, projetos e atividades governamentais de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca; II - promover a articulação da política nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca com o planejamento em âmbito nacional, regional, estadual e municipal; (...) V - estabelecer estratégias de ações de governo para o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca, com vistas ao desenvolvimento sustentável nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD; e VI - promover a construção de pactos para o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca (Art. 1º do Decreto de Criação da CNCND, publicado no DOU em 22/07/2008).

⁶ De acordo com José Graziano da Silva (2001), a questão agrária: “está ligada às transformações nas relações de produção, como se produz, de que forma se produz. (...) a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.” (p. 11). Para o autor: “o sistema todo foi feito para que ganhem os grandes capitais e não os pequenos produtores” (p. 17).

Percebe-se a articulação de um movimento político-institucional, de âmbito não só nacional, mas mundial, voltado ao combate à seca nas chamadas “áreas suscetíveis à desertificação” (ASD), das quais o semiárido brasileiro é parte integrante. No entanto, é necessário lembrar que o discurso da seca no Nordeste já foi usado ao longo da história para alimentar uma indústria – chamada de “indústria da seca” – bastante rentável para as elites regionais, criando, inclusive, a identidade imagético-discursiva da região Nordeste no Brasil, conforme mostrou Albuquerque Jr. (2000). O uso estratégico da seca com fins políticos já não é nenhuma novidade. A responsabilidade pela miséria social vivida no semiárido nordestino é atribuída a questões climáticas e ambientais, escamoteando com isso a principal causa do problema: a histórica concentração de terra na região, uma condição que legitima e perpetua o poder secular das oligarquias agrárias, que lucram com a indústria da seca.

Fato novo, contudo, é a dimensão internacional (ou globalizada) que este processo passou a atingir no atual contexto de “crise ecológica” no mundo. A centralidade do fator climático ou ambiental verificada nestas ações contra a seca, em detrimento dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais próprios dos diversos países e regiões classificadas como ASD, mostra que tais ações atendem principalmente aos interesses do Capital Internacional, sob o comando do Banco Mundial, e não às necessidades das populações atingidas pela seca. Questões como a concentração injusta da terra sob a forma de latifúndios, o poder e o privilégio desfrutado pelas oligarquias agrárias do semiárido nordestino, por exemplo, são geralmente negligenciadas nos debates e nas metas instituídas pelos órgãos nacionais e internacionais responsáveis pelo combate à desertificação. A 1ª Reunião da CNCD, ocorrida em novembro de 2008 em Fortaleza/CE, apontou os principais impactos que as mudanças climáticas podem causar na região do semiárido nordestino:

As mudanças do clima terão sérios impactos sobre uma região que já vem sofrendo repetidos transtornos climáticos e é caracterizada pela pobreza de boa parte da população urbana e rural. As mudanças tenderão a aumentar os problemas de clima, solo e água e dificultarão a vida das pessoas, especialmente dos grupos mais vulneráveis. Se o acesso à água já era desigual, a maior escassez de água exacerbará essa desigualdade. (...) O êxodo rural para as cidades aumentará e ampliará o leque de problemas sociais associados. Aumentarão a pobreza e a fome. (...) O Nordeste, e em particular o semiárido, é a área mais vulnerável do Brasil frente aos impactos das mudanças climáticas. É previsível que a população pobre venha a sofrer as consequências mais do que outros

grupos e, ao mesmo tempo, estará menos preparada a adaptar-se às mudanças (p. 85-86).⁷

Na reunião ainda foram apontadas medidas para o enfrentamento dos novos desafios climáticos que devem assolar o semiárido nordestino num futuro breve:

Para enfrentar os impactos previstos, são necessárias instituições públicas eficazes, começando pela capacidade de pesquisar e planejar, continuando com a gestão dos recursos hídricos e dos outros recursos naturais, serviços de saúde eficazes, uso do solo urbano e rural e educação inclusiva de qualidade que capacite os jovens a participar com sucesso no mercado de trabalho (p. 86).⁸

É possível notar o caráter elitista e tendencioso destas considerações. Fala-se de populações pobres, de pobreza e desigualdade no semiárido, de forma totalmente deslocada dos aspectos sociais e históricos que geraram esta condição. É como se a miséria social das populações do semiárido fosse algo independente, desconectado da concentração injusta da terra e do poder historicamente consolidado das elites políticas e das oligarquias agrárias, verdadeiros entraves ao desenvolvimento da região. Também são evidentes no documento os apelos a soluções paliativas para o problema, como a educação inclusiva de qualidade e a capacitação dos jovens para o mercado de trabalho, medidas que são coerentes à lógica do capital e que não ameaçam à manutenção da ordem injusta historicamente instituída. É interessante constatar, ainda, que o termo “reforma agrária” não foi nem sequer citado ao longo do documento analisado, como seja, a ata da 1ª Reunião da CNCD.

Haroldo Schistek, fundador do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), concedeu entrevista ao *Jornal On-Line do MST*, na edição de 04/06/2012, acerca do baixo índice pluviométrico que tem afetado o semiárido nordestino nos últimos anos. Para ele, o problema maior não é a falta de chuvas, mas a falta de vontade política, a ineficiência dos governos e a exploração do solo pelas grandes empresas:

Para a natureza, os seus animais e plantas, um ano como este não é nenhuma catástrofe. Em milhares de anos souberam se adaptar e criar resistência. Uma catástrofe, isto sim, é a falta de preparo dos nossos

⁷ Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/ata_1a_reuniao_cncd_129.pdf (consulta em 19/05/2013).

⁸ Idem.

governos. Tiveram três décadas, deste a última grande seca, para não, mais uma vez, serem apanhados de surpresa. Porém, precisam mais uma vez tomar medidas de emergência, gastar somas vultuosas para evitar maiores prejuízos econômicos e mortes da população. (...) Estamos numa fase de nova invasão do semiárido, que é mais devastadora que a dos portugueses. São os grandes projetos que expulsam a população, destroem a caatinga, explorando os bens naturais, sem maiores benefícios para as populações locais, causando desertificação. A exemplo das mineradoras, grandes projetos energético e de irrigação. Tais projetos ampliam a concentração de renda, o êxodo rural. Para os grandes fica o lucro, e para o povo ficam as “bolsas”. Prometem “emprego” para um povo que não necessita de emprego, pois já tem seu ganho de vida, como homem livre, na agricultura e criação de animais, mas necessita de segurança na terra, e terra, em tamanho adequado para as condições de semiaridez.⁹

A tentativa de escamotear a questão agrária como a principal causadora da miséria social no semiárido, colocando a culpa nas questões ambientais, climáticas ou naturais, tem sido a estratégia mais utilizada pelos governos e pelas elites regionais ao longo da história do país. No entanto, diversos analistas têm mostrado que o problema principal do semiárido está no tamanho das propriedades rurais e não propriamente na seca ou na semiaridez. É o que defende Haroldo Schistek, do IRPAA:

O problema não é a má distribuição da água, mas da terra. Precisamos assim, mais uma vez, insistir num fato que muitos preferem não mencionar, por ser incômodo, por tocar em privilégios de uma minoria e de ser perigoso e, em muitos casos, até mortal. Trata-se da questão da terra, ou melhor, do tamanho dela. A Embrapa Semiárido afirma que nas áreas da grande Depressão Sertaneja, as mais secas do Semiárido, uma propriedade necessita de até 300 hectares de terra para ser sustentável, sendo a atividade principal a criação de caprinos e ovinos. Assim, a principal forma de preservar o nosso bioma, a Caatinga, é garantir às famílias um tamanho de terra adequado às condições de semiaridez. Quanto menor a quantidade de chuva na região, mais terra se precisa.¹⁰

Como bem disse o entrevistado, é preciso insistir na questão da terra, na questão agrária, que causa incômodo e até perigo de morte, por mexer com o poder consolidado das oligarquias regionais. Mas é exatamente aí que reside o “núcleo duro” do problema, o elemento central, gerador de pobreza e de desigualdade, que acomete o semiárido em particular e a sociedade brasileira em geral. Entretanto, o simulacro protagonizado pelas comissões de combate à desertificação foge da questão agrária e do enfrentamento com

⁹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/Reforma-Agraria-a-seca-do-Nordeste> (consulta em 19/05/2013).

¹⁰ Idem.

as oligarquias rurais. E por que disso? Para entender, é necessário lembrar os apontamentos de José de Souza Martins (1997, p. 82):

Qualquer pessoa que chegue à presidência da República não governa sem fazer acordos políticos com eles [os ruralistas]. Nem Fernando Henrique, nem Lula, nem ninguém. Nem mesmo os militares, com toda a sua prepotência e sua máquina de terror, conseguiram remover do cenário político a influência dessa gente. (...) Ou seja, o problema é um problema estrutural do Estado brasileiro.

O avanço da democracia, contudo, perpassa pela superação dessa força retrógrada e conservadora, que se encontra há séculos arraigada em nossas instituições políticas. Para Martins (1997, p. 91): “A atuação desse grupo, para mim, é bem indicativa de quais são e como são as barreiras à modernização do Estado e das relações sociais num país em que a máquina do Estado está amplamente capturada pelas oligarquias e pelos interesses relativos à dominação patrimonial”. Certamente não podemos esperar do Estado medidas que solucionem a questão agrária: “Não é o Estado que vai assumir que há no país uma questão agrária nem vai resolvê-la, mesmo que o governo e o governante entendam que a questão é real e precisa de solução. Pois o Estado, que inclui o Congresso e o Judiciário, está imobilizado pelos políticos que consideram o latifúndio intocável” (Martins, 1997, p. 95-96).

O latifúndio, contudo, não pode continuar intocável. Caso contrário, a miséria social será perpetuada em todas as suas dimensões: com a pobreza, a fome, a exploração do trabalho infantil, a exclusão social e educacional, o analfabetismo, a ausência de acesso aos direitos sociais básicos, etc. O problema da exclusão educacional em regiões como a do semiárido nordestino está diretamente vinculado à exclusão social e à miséria gerada pela nossa estrutura fundiária, extremamente concentradora, como bem mostrou Ferraro (2009). Portanto, a melhor política social e educacional que se poderia instituir hoje em dia no Brasil seria uma verdadeira reforma agrária, ampla, abrangente e eficiente. Mas sabemos que isso não será uma iniciativa do Estado, para quem “o latifúndio é intocável”. Ela depende fundamentalmente da capacidade de pressão da sociedade civil organizada, através dos movimentos de luta pela terra, considerados como as principais forças modernizadoras do país por autores como Martins (1997) e Sauer (2010).

É preciso desmistificar o discurso da seca no semiárido, que se assenta na culpabilidade do clima pela miséria social da região. Da mesma forma, é fundamental

tratar da exclusão educacional de forma totalizante (e não fragmentada), vinculada à questão agrária, à concentração da terra, ao poder patrimonialista das oligarquias. Romper a segregação entre urbano e rural implica empreender a conectividade entre elementos aparentemente desconexos, como educação, seca e estrutura fundiária, por exemplo. Por isso é que esta proposta de pesquisa caminhará nesta direção.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife/PE, São Paulo/SP: Massangana/Cortez, 2000.

BRASIL. **1ª Reunião da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD)**. Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Banco do Nordeste, 26/11/2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/arquivos/ata_1a_reuniao_cncd_129.pdf

CANIELLO, M. & TONNEAU, J-P. *A pedagogia da Universidade Camponesa*. In: **Caderno Multidisciplinar – Educação e Contexto do Semiárido Brasileiro**, vol. 1, Juazeiro/BA: Selo Editorial RESAB, 2006.

FERRARO, Alceu. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

HADDAD, Sérgio & DI PIERRO, Maria Clara. *Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos*. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 14, n. 1, 2000, p. 29-40.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília/DF: Confea, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATTOS, Beatriz. **Educação do campo e práticas educativas de convivência com o Semiárido: a Escola Família Agrícola Dom Fragoso**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

MAUAD, João. *Rent-seeking: privilégios de uns, sacrifícios de outros*. In: **Mídia sem máscara**, 29/12/2006.

MÉSZARÓS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boiempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PERES, Marcos. *Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste*. In: **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, UnB, vol. 26, n. 3, set./dez. 2011.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. In: **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, UnB, vol. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abril 2006.

SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 2002.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

VEIGA, José. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2005.